



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680134 - SP (2021/0219201-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : ADRIANA TESTI TIRELLI - SP199940  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução Penal n. 0008519-06.2021.8.26.0041).

O paciente "cumpre pena total de quatro (4) anos, um (1) mês e dezoito (18) dias de reclusão em face de duas condenações pela prática de furto e outra por tráfico privilegiado, com término do 'castigo' previsto somente para 17 de maio de 2.023" (fl. 46).

A parte impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, sendo desarrazoada a decisão do Tribunal quanto à necessidade de exame criminológico, porquanto desprovido de fundamentação.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja mantida a decisão de primeiro grau que concedeu ao paciente a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que, "nos termos da Súmula n. 439 deste Superior Tribunal, admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão

motivada" (AgRg no HC 649.009/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 23/06/2021), o que torna a reversão da conclusão de necessidade do exame inadequado em liminar no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente